



A RESISTÊNCIA DO ARQUIVO

Fábio Ramos Barbosa Filho¹

Mexer com documentos é uma *aventura obstinada*, para retomar a formulação utilizada por Alain Badiou quando trata – vejam só – do amor². *Aventura* pela contingência estruturante desse passeio incerto do qual só sabemos, de saída, de um desejo que nos pega em algum lugar entre o teórico e o político; pelo impasse entre o documento presente, aquele que temos em mãos, e o próximo, do qual nada sabemos, mas que tanto ansiamos. *Obstinada* pela nossa firmeza e pela vontade de encontrar sentido nesse sem fim de vestígios, gestos, nomes, cifras, pedidos e condenações.

Desde 2015, pois, eu me ocupo da leitura de documentos. Mas não quaisquer documentos. Documentos sobre a cidade de Salvador no século XIX: suas ruas, sua gente, seus modos de vida, suas formas de trabalho e de fazer trabalhar a contradição pungente entre as classes sociais e os conflitos étnico-raciais diante de uma formação social singular. Nesse passeio, me deparo constantemente com documentos que me fazem pensar as discursividades que organizavam a cena pública da cidade: suas revoltas e impasses, suas instituições entremeadas, seus personagens pitorescos, seus dramas. É lendo documentos que posso, também, ser tocado pelo sofrimento que desnorteia e que transborda da formalidade de um simples e frio Ofício.

É disso que tenho me ocupado e é isso que vim dividir, com vocês: documentos que procuram dar conta de acontecimentos doloridos na cena pública da cidade de Salvador. Ciente, entretanto, do alerta provocador de Arlette Farge: “o sofrimento dos pobres é um tema forte” (FARGE, 2011, p. 21) que não deve provocar nem um voyeurismo adornado pela estética da crueldade, nem o miserabilismo caridoso que encerra a interpretação histórica em esquemas binários. O trabalho do analista de discurso diante de documentos tão comoventes quanto espantosos é, de modo incontornável, ético e político: se a dor não se separa da mágoa – o que nos faz pensar nas relações entre acontecimento e (res)sentimento – o gesto analítico não deixa de ser uma política consequente de arquivo e memória, de escuta no campo das disputas pelos sentidos dos fatos.

Foi assim, passeando entre os inúmeros maços do Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Bahia (ASCMBA) que me deparei com um Ofício do delegado Joaquim Velloso dirigido ao provedor da Santa Casa no dia 1º de outubro de 1878. Neste documento que me tomou de assalto – uma diferença numa série – o espanto de um texto cru, unívoco e evidente, no qual o delegado solicitava ao Provedor da Santa Casa a admissão de uma alienada. Vejamos o que diz o Ofício: “*Tendo sido encontrada ha quatro noites vagando pelas ruas d’esta cidade uma mulher de côr parda, ainda môça,*

¹ Doutor em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas. Bolsista de Pós-Doutorado (CAPES), no Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas sob a supervisão do Prof. Dr. Lauro Baldini. Pesquisador-associado do Centro de Pesquisas PoEHMaS – *Política, Enunciação, História, Materialidades, Sexualidades*, coordenado pela Prof^a Dr^a Mônica Zoppi-Fontana. Vice-líder do Grupo de Pesquisas PHIM – *Projeto História, Inconsciente, Materialidades*, liderado pelo Prof. Dr. Lauro Baldini.

² Badiou, 2013.



com uma filhinha de 8 meses de collo, a qual sendo recolhida á Estação Central, reconheceu-se ser alienada e de uma obstinação tal que se nega a diser seu nome, e a prestar nenhuma outras informações, peço a V. Ex. por sua bondade, e por ser um caso muito excepcional, e na dificuldade em que me acho, que se digne de mandar admitir no Asylo de S. João de Deus essa infeliz, e no dos expostos a referida criancinha”³.

O que eu busco neste breve momento é fazer trabalhar o acontecimento na materialidade do arquivo por uma compreensão da língua em funcionamento, ou seja, enquanto uma base material equívoca atravessada pela história. E aqui, cabe precisar, *materialidade* diz respeito às múltiplas determinações que asseguram a consistência histórica de um determinado objeto enquanto uma unidade dividida. Ou seja, falar da materialidade do arquivo é levar em consideração essas múltiplas determinações e dominâncias – institucionais, sociais, políticas, linguísticas, discursivas, dentre outras – que dão, efetivamente, consistência histórica a um certo material tomado em suas condições de produção.

O arquivo, então, se coloca como resultado de diversos feixes, níveis e estratos. Isso, em primeiro lugar, nos ajuda a derrubar a ideia do documento como unidade monolítica na medida em que esse conjunto de determinações contingentes desorganiza, de saída, a ilusão de homogeneidade desse material. Isso é um ponto de partida interessante: considerar o arquivo na sua dispersão constitutiva, como resultado – ou encontro – de um conjunto de determinações que não correspondem ou obedecem a nenhuma necessidade histórica.

Isso também nos permite jogar com dois extremos que mobilizam o que poderíamos chamar de *arquivismo*, ou seja, uma forma (política) de compreender o arquivo destituindo a sua materialidade: uma forma (política) de negar a materialidade histórico-política de qualquer documento. No *arquivismo*, o documento parece ser puro epifenômeno do acontecimento, isto é, ele é apenas a *transcrição*, pura e simples forma textual do *acontecido*. Essa posição mobiliza uma espécie de empirismo do fato que ignora a compreensão de que o acontecimento também é materialmente equívoco. É nesse sentido que eu gostaria de pensar no arquivo como um *intervalo* entre textualização e acontecimento na medida em que dito e não-dito compõem a materialidade do arquivo⁴.

Voltemos, então, ao trecho do documento em questão. Do conjunto de formulações do Ofício, a que mais me prendeu o olhar – talvez por sua força de enigma – foi “*Reconheceu-se ser alienada*”. Não “reconheci”, nem “reconheço”, tampouco “reconhecemos”: “reconheceu-se”, simplesmente: o que remete a um corpo inequívoco, dado a ver, plenamente representável por uma palavra que se confunde com a sua própria existência na cena pública e que faz ressoar uma pergunta não formulada: *quem, afinal, reconheceu?* Aqui, mesmo que o “se” em questão diga respeito a uma

³ ASCMBA, documentos avulsos do Asylo São João de Deos.

⁴ Parto de duas noções de intervalo: a trabalhada por Vogt, que considera o intervalo como a “região das relações intermediárias entre o dizer e o não dizer” (2009, p. 64); e a trabalhada, já no campo da análise de discurso, por Zoppi-Fontana, intimamente articulada à noção de silêncio: “a consideração do silêncio obriga a pensar a leitura como necessariamente *intervalar*” (Zoppi-Fontana, 1998, p. 81).



partícula expletiva, a evidência que caracteriza um “sujeito indeterminado” nos coloca diante de um impasse morfossintático que não dá conta da dimensão, ou da estrutura ausente que mobiliza a discursividade sobre a loucura no Brasil oitocentista e que nos obriga a reconsiderar os critérios de *necessidade* numa construção linguística.

O que está em causa não é apenas uma caracterização sintática do sujeito, mas a própria contradição entre a transparência da nomeação e a miríade de enunciados que constituem a *ausência específica* do saber médico da época. Pode-se *reconhecer* uma alienada em uma época na qual a loucura ainda não havia passado pela “psiquiatrização”, conforme a conceituação de Machado⁵, o que permite que, de novo, perguntemos: de onde vem esse saber que permite um reconhecimento sem conhecimento?

Para além de um performativo⁶, o verbo é o sintoma da conjuntura médica e social dos oitocentos, quando o pré-construído (*alienada*) aglutinava corpo e significante em um só gesto, em um mero jogo de vista: *reconhece-se* o louco antes mesmo de *conhecê-lo*, tudo se diz dele e por ele, mesmo o silêncio. O verbo faz o laço entre significante e corpo no processo de textualização do acontecimento a partir de uma articulação que não é só da ordem do ato, que transcende o ato enquanto mero efeito mecânico de uma enunciação.

Há, porém, uma certa decalagem. Pode-se *reconhecer* a “alienação” assim como o sexo, a cor, a faixa etária e o fato de portar uma criança de colo. No interdiscurso, *loucura*, *vadiagem* e *raça* recortam o arquivo, indistinguindo no espaço institucional documentos de ordens diversas: falavam sobre os loucos os Chefes de Polícia, falavam sobre os vadios os médicos, falavam sobre os criminosos os alienistas. Muitos alienados eram, por exemplo, presos na Casa de Correção, um espaço destinado aos criminosos, mas que em termos práticos era uma espécie de limbo pré-asilar: o lugar onde há articulação material entre vadiagem, loucura e criminalidade. Todos esses critérios sequencializados fazem parte, portanto, de uma espécie de inventário de percepções (“*viu-se que*”, “*reconheceu-se que*”) que se entremeiam no espaço institucional difuso da Bahia oitocentista. Mas esses reconhecimentos não se dão ao mesmo tempo. O que parece é que uma sequência eminentemente descritiva (“*uma mulher de côr parda, ainda môça, com uma filhinha de 8 mezes de collo [...] ha quatro noites vagando pelas ruas d’esta cidade*”) dá lugar a uma temporalidade, se me permitem o escândalo da palavra, *performativa*, que vem *depois* da *descrição* (da vadiagem e da cor) e que institui a alienação como *um reconhecimento de segunda ordem*.

Com isso não quero afirmar que os enunciados podem ser divididos em *declarações* e *performances*⁷, mas trabalhar a performatividade de certos enunciados partindo de uma dinâmica própria diante da eficácia material do imaginário que produz uma ação específica: o reconhecimento – este enunciado preciso – não *descreve* uma mulher alienada e nem é exclusivamente um ato formal ou institucional, mas determina a sua interdição da cena pública, joga com a memória do corpo negro

⁵ Machado, 1978.

⁶ Aqui procuro trabalhar o conceito austiniano de *performativo* levando em consideração as críticas de Felman (1980), ou seja, a partir de uma relação constitutiva entre língua e sujeito.

⁷ Distinção proposta, mas recusada pelo próprio Austin (1962) ao longo das suas conferências.



no Brasil⁸, prescreve a sua internação no *Asylo de Alienados* e a custódia da sua filha. A performance do “reconheceu-se”, que ao dizer, faz “uma mulher de cor parda, ainda moça” enquanto “alienada”... e “infeliz” é, mais do que um ato, um *hiato de fala*.

Não foi por acaso que escolhi a coordenação “alienada e infeliz” que, sutilmente, articula loucura e sofrimento. Construções como “pobres loucos”, “infelizes”, “feridos da civilização”, “miseros alienados”, “desgraçados”, “desapossados da razão” significam os corpos – sobretudo os corpos negros e mestiços - e demarcam a indistinção entre vadiagem e loucura em uma cidade que ainda tentava lidar com as diferenças desagradáveis ao projeto modernizante pós-independência (da Bahia, sobretudo). Esses corpos que resistem – e que resistem justamente por serem corpos⁹, corpos falantes, sujeitos e não apenas alienados e vadios como *faz querer* a transparência da nomeação no documento – perturbam os sentidos da cena pública. A obstinação em *não dizer* põe em cena a ordem paradoxal do corpo e suas determinações significantes que, diferentemente das funções orgânicas, “precisam estar ancoradas num sentido, mas num sentido que não se feche demasiado, guardando ‘um pouco de possível’” (BALDINI, 2010, p. 61). A alienada resiste e, ao resistir, expõe a opacidade da cena pública, o equívoco e a impotência do ato, instaurando no acontecimento e no arquivo o impasse entre *aquele* corpo (o corpo *do* sujeito), o corpo político das instituições e a memória *dos* corpos negros na Bahia do século XIX.

A alienada resiste pelo silêncio – ao não (se) enunciar quando se exige a fala – à interpelação policial e instaura uma dobra no documento, que determina a sua materialidade: o arquivo como aquilo que não deixa esquecer, que não permite que o acontecimento se dissipe, se espalhe e circule *de qualquer maneira*, como um lugar onde se pode dizer o que o sujeito nunca disse, um espaço em que o sujeito é *falado* e significado justamente pelo que deixou de enunciar, um lugar onde o inscrito é ponto de inflexão entre o real da língua e o real da história no impasse ético e político entre a *espetacularização* e a *morte* do acontecimento.

Talvez o próprio da análise de discurso diante dos documentos textuais não se limite, simplesmente à recusa ou crítica do “arquivo perdido” que viria, finalmente, restituir a unidade ou a completude de uma série e nem a uma crítica das relações entre documento e fato, mas à consideração radical de que *a materialidade da língua rasga o arquivo*, o expõe ao *não-um*, à unidade dividida e ao equívoco constitutivo de qualquer acontecimento: o arquivo, enquanto *intervalo* entre textualização e acontecimento, resiste, portanto, a ser puro suporte de inscrição de conteúdos, a ser puro testemunho do fato. Resiste, na sua materialidade difícil, o gesto de ousar escutar os pontos de impasse da língua na história que constroem o empirismo do olhar. *Reconhecimento* sem *conhecimento* que pode ser enunciado em diversas posições, mas não em qualquer uma: quem, afinal, (se) *reconhece*?

⁸ Um exemplo: na tese de doutorado (Barbosa Filho, 2016) busquei trabalhar os sentidos de “africano” para apontar que muito mais do que *descrever* uma filiação gentílica, eles recuperam, no arquivo, uma rede de enunciados sobre a rebeldia e a insurreição no Brasil escravista. A sua presença no arquivo *fazia (hi)ato*, não *constatava*.

⁹ Como assinala Baldini, “é justamente porque se trata de um corpo, e não de um organismo, que há resistência” (2010, p. 60)



REFERÊNCIAS

AUSTIN, John. How to do things with words : the William James lectures delivered at Harvard University in 1955. Oxford : Oxford University Press, 1962.

BADIOU, Alain. *Elogio ao amor*. Tradução de Dorothée de Bruchard. São Paulo : Martins Fontes, 2013. Tradução de : *Éloge de l'amour*, 2009.

BALDINI, Lauro. Um pouco de resistência senão eu sufoco. In: PACÍFICO, Soraya; SOUSA, Lucília Maria de. (org) *Efeitos de leitura: sujeitos e sentidos em movimento*. Ribeirão Preto: Editora Alfabeta, 2010. (pp. 57-66)

BARBOSA FILHO, Fábio Ramos. *Língua, arquivo, acontecimento: trabalho de rua e revolta negra na Salvador oitocentista*. Tese de doutorado apresentada ao Instituto de Estudos de Linguagem da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2016.

FARGE, Arlette. *Lugares para a história*. Tradução de Fernando Scheibe. São Paulo : Autêntica, 2011. Tradução de : *Des lieux pour l'histoire*, 1997.

FELMAN, Shoshana. *Le scandale du corps parlant: Don Juan avec Austin, ou la séduction en deux langues*. Paris: Seuil, 1980.

MACHADO, Roberto *et al* *Danação da norma: a medicina social e a constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

VOGT, Carlos. *O intervalo semântico: contribuição para uma teoria semântica argumentativa*. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

ZOPPI-FONTANA, Mónica. Limiões de silêncio: a leitura intervalar. In: ORLANDI, Eni. (org.) *A leitura e os leitores*. Campinas: Pontes, 1998. (pp. 59-85)